

FATORES DE COMPREENSÃO DE SENTIDOS DO TEXTO

SANTOS, Ângela Santana
Assantos3@bol.com.br

NASCIMENTO, Roberto Leite
robilstos@yahoo.com.br

LEITE, Tatiane Alves
taleite3@bol.com.br

GALLY, Christianne de Menezes (orientadora).
Graduada em Letras e Mestra em
História da Educação pela Universidade Federal de Sergipe.
Professora adjunto III do curso de Letras-Português da Universidade Tiradentes- Unit,
Revisora da Universidade Aberta do Brasil/MEC
Coordenadora do Grupo de Pesquisa de Estudos Lingüísticos em Sergipe/Unit.
Christianne.gally@gmail.com

RESUMO:

Partindo do pressuposto de que o texto é o lugar de interação de sujeitos sociais, postulamos a idéia de que a leitura de um texto exige muito mais que somente um conhecimento lingüístico compartilhado pelos interlocutores. Na verdade, o leitor, para entender um texto, mobiliza uma série de estratégias tanto de ordem lingüístico quanto de ordem cognitivo-discursivas com o intuito de lhe dar um sentido. Este artigo, portanto, analisa alguns fatores de compreensão dos sentidos do texto sob a perspectiva da lingüística textual a partir da leitura de H. Isenberg (1976), Schmidt (1971), Marcushi (1983), Koch (2007) e Travaglia (1989).

PALAVRAS-CHAVE: estratégias discursivas, textualidade, lingüística textual

INTRODUÇÃO

O texto resulta da influência consciente, teleológica e intencional dos seres humanos em ambiente natural ou social. Vigotsky afirma que o meio se concretiza através da necessidade do indivíduo, dividindo-se em motivação, finalidade e realização. (KOCH, 2007)

Segundo Leont'ev (apud KOCH, 2007), o plano de atividade depende do meio social, que determina os meios adequados para a realização, motivo e resultado para alcançar os objetivos, através de ações e operações concretas seguidas pelas metas.

Há atividades que geram aspectos fundamentais como: um interesse, uma finalidade, um plano de atividade, um plano prefixado que dependendo da situação, é possível a modificação das ações prevista em face do ocorrido.

Um fator importante na produção textual é entender a intertextualidade. Para tanto precisa-se primeiro entender a teoria verbal, da qual surge a teoria textual. Portanto, a teoria verbal é a adaptação da linguagem em caráter filosófico. Assim como disse Leont'ev (apud KOCH, 2007) o ser humano constrói uma expressão lingüística para obter um objetivo prefixado.

Ainda segundo Leont'el, existem fatores superficiais que determinam a realização verbal da intenção verbal: um sistema lingüístico e uma determinada língua; o grau de domínio da língua; o fator funcional estilístico responsável pela seleção da forma dialogada ou falada, do tipo de texto, como também dos tipos tradicionais estilísticos; o fator expressivo; as diferenças individuais em experiência verbal entre falantes e ouvintes; o contexto verbal e a situação comunicativa. A linguagem é encarada como uma forma de atividade geral ou atividade humana. Contudo, a atividade verbal tem que possuir, além da motivação, um conjunto de operações e um objetivo final, num processo de realizações de ações verbais, distinguindo-

se duas fases: a primeira, reestruturação da motivação e a segunda a realização superficial desta motivação, tendo ambas caráter psicossocial.

A teoria verbal tem como objetivo organizar a linguagem a fim de descobrir como esta se interagem socialmente através da linguagem, dependendo das condições sociais e psicológicas do indivíduo, através de diversos meios como: seleção de palavras, passagem do programa à realização, projeto gramatical, tradução e comparação de variantes sintéticas e fixação e reprodução dos compromissos gramaticais.

Através dos meios que determinam a intervenção verbal de Vigotsky temos a motivação, a situação e a tarefa-ação. Na motivação existe o motivo central ou dominante. Na situação, são as influências juntamente com a motivação, que fazem as escolhas que devem se realizar através das situações objetiva e distinta durante a realização das atividades. Na atividade-ação, será a escolha da ação que terá mais chances de êxito, tendo papel específico no conjunto de ações para ser articulada a atividade com a expectativa de um resultado positivo.

Sobre as propostas no interior textual, várias elaborações foram feitas por H. Isenberg (1976), em que propôs descrever a geração de um texto, desde a estrutura pré-lingüística até a manifestação superficial, incluindo as estruturas sintáticas. Sendo encaradas de oito aspectos diferentes, legitimidade social, funcionalidade comunicativa, semanticidade, referência à situação, intencionalidade, boa formação, boa composição e gramaticalidade.

De acordo com H. Isenberg (1976) a legitimidade social é a manifestação de uma atividade social pelas condições sociais. Funcionalidade social representa texto com unidade de comunicação. Semanticidade representa texto referencial com sua realidade. Referência à situação, um texto com reflexo de traços da situação comunicativa. Intencionalidade, representa um texto em forma de intenções. Boa formação, representa um texto como sucessão linear coerente das unidades lingüísticas. Boa composição, um texto como sucessão de unida-

des lingüísticas selecionadas e organizadas a um plano de composição. Gramaticalidade, um texto com sucessão de unidades lingüísticas estruturadas segundo as regras gramaticais.

H. Isenberg só se dedicou aos aspectos da boa formação, da boa composição e da gramaticalidade, mesmo que cada um dos desses aspectos se originem de uma mesma teoria parcial, permitindo um estudo do texto lingüístico. Numa ordem, cada um deles, pressupõe os anteriores, sendo que o primeiro e o segundo pressuposto básicos, ou seja, uma necessidade social, onde a realização de um texto se fixa de acordo com a situação comunicativa e a intenção do falante, em forma de elementos lingüísticos sucessivos, ou seja, a descrição deve levar em conta a intenção.

A existência entre os elementos do texto deve-se a intenção do falante prévio ao seu planejamento de manifestação, por meios de que o ouvinte compreenda o texto em sua íntegra, ou seja, fazer com que o ouvinte entenda o que mostra o texto.

Nas décadas de 80, Van Dijk enquadra uma teoria acional à linguagem, onde existe um propósito e uma intenção, a qual, sem eles, seria incapaz de haver um ato de fala concreto que proporcionaria um resultado.

Schmidt (1971) escreve sobre a teoria do ato verbal onde a linguagem não é mais considerada como sistema de signos, mas como de sistema atividades ou operações, com operações ordenadas e com um só objetivo, que é a informação. Wunderlich (1978) assinala que o objetivo da teoria da atividade é retirar traços da ação em comum, os planos de ação e estágios de ação e compará-los com os sistemas de normas. Beaugrande e Dressler (1981), afirma que “a produção e a recepção de textos funcionam como ações discursivas relevantes para algum plano ou meta”, que acontece através de ações numa seqüência planejada, ou seja, sua vinculação. Eles ainda incluem a intencionalidade e ou aceitabilidade. Para eles, a intencionalidade tem que possui a coesão e coerência, possuindo um sentido amplo para realizar seus

objetivos e a aceitabilidade refere-se à atitude cooperativa dos interlocutores de acordo com as regras com a contribuição do coerente para a realização dos objetivos visados.

Mostsch e Pasch (1987), o texto possui uma seqüência hierarquicamente organizada e realizadas por interlocutores, seguindo a seguinte fórmula da atividade lingüística (al): al e, int., cond., cons., e: movida por uma intenção; int.: enunciador de atingir determinado objetivo; cond.: condições necessárias para que o objetivo seja alcançado, e cons.: conseqüências decorrentes do atingimento do objetivo, ou seja, o enunciador deve assegurar ao enunciatário as condições para que reconheça sua intenção, existindo duas categorias de enunciatário, aquele que compreende a enunciação e os que aceitam o objetivo do enunciador. Em suma pode-se ver que tudo se baseia em sujeito e a entidade psico-físico-social, responsáveis pela atuação comunicativa ou sócio-comunicativa.

O texto vem sendo estudado desde as origens da lingüística textual de diferentes formas. No primeiro momento, foi determinado como unidade lingüística superior à frase, sucessão ou combinação de frases, cadeia de pronominalizações ininterruptas, cadeia de isotopias e complexo de proposições semânticas. Já no interior foram encarados como teorias acionais, como seqüências de atos de fala, vertentes cognitivistas, que resulta de processos mentais e orientações que adotam a teoria da atividade verbal. Desta forma deixa de não ser mais entendido, para ser um processo de planejamento, verbalização e construção.

A partir dos últimos pontos de vista defende-se a posição de que o texto é uma produção textual e uma atividade verbal, uma atividade criativa, consciente, que compreende as ações e escolhe os meios adequados para a realização dos objetivos e uma atividade interacional. Assim, podemos dizer que a manifestação verbal é constituída de elementos lingüísticos, ordenados por co-enunciadores, com uma interação não só de conteúdos semânticos, mas de acordo com as práticas socioculturais.

Para Schmidt (1978) o texto “é qualquer expressão de um conjunto lingüístico numa atividade de comunicação, no âmbito de um jogo de atuação comunicativa, tematicamente orientado e preenchendo uma função comunicativa reconhecível, ou seja, realizando potencial ilocucionário reconhecível”.

Conforme Marcuschi (1983), a lingüística textual possui uma definição provisória, unificada num complexo de ações humanas, preservando a organização linear ou coesão, e a organização reticulada ou coerência.

Para a organização da informação textual, temos a informação semântica, constituída por dois grandes blocos, o dado e o novo, cuja dosagem interfere na construção de sentido do texto. A informação dada é aquela que se encontra na consciência dos interlocutores, ou se já, vem como referência textual, como uma cadeia coesiva e como papel principal na organização do texto dando sentido. Com esta consciência ou referências textuais podemos dizer que os interlocutores (re) ativam sua pista no texto denominando-se anáfora semântica ou anáfora profunda, tendo como base as inferências que (re) constrói os sentidos que o texto implicita.

Na informação dada se estabelecem relações de sentidos entre segmentos textuais de extensões variadas, segmentos textuais e conhecimentos prévios e, segmentos textuais e conhecimentos e ou práticas socioculturais, partilhados tanto para a remissão textual quanto para a progressão textual, ambos possuindo o mesmo objetivo, a coesão textual. Entre tais segmentos, estabelecemos vários níveis, entre eles, através da articulação de tema - rema, entre orações de um mesmo período ou entre períodos no interior do parágrafo e entre parágrafos ou partes inteiras de um texto. Tais informações podem ser prévias ou partilhadas através do recurso da intertextualidade, situação comunicativa e sociocultural.

A propriedade definidora do texto é constituída por parceiros da atividade comunicativa global, com atuação conjunta de uma complexa rede de fatores de ordem situacional, cognitiva, sociocultural e interacional, capazes de determinar o sentido do

texto. Pode-se então dizer que o sentido não está no texto, mas construído a partir dele. O texto possui um sentido e não o sentido adequado ao texto, possuindo uma manifestação verbal considerada coerente, estabelecida em uma situação concreta da atividade verbal, levando a identificação de um texto como um texto.

No processamento textual temos a produção de atividades e estratégias de caráter lingüístico e sócio cognitivo, sendo também considerado como uma manifestação verbal com elementos lingüísticos de diversas ordens. Para o processamento textual os grandes conhecimentos são: o lingüístico, o enciclopédico e o interacional.

O lingüístico é compreendido, tanto na gramática quanto no lexical, responsáveis pelo som, sentido do texto. Responsável pelo uso dos méis coesivos da língua para efetuar a remissão ou a seqüência textual e pela seleção lexical ao tema ou aos modelos cognitivos ativados. Sobre o conhecimento enciclopédico ressalta-se que o mesmo está armazenado na memória do indivíduo, a respeito dos fatos do mundo e através de experiências adquiridas pelo meio sociocultural ou através de hipóteses, ou seja, algo que a partir de uma manchete crie expectativas sobre o campo lexical a ser explorado no texto.

Há também o conhecimento sociocognitivo, conhecimento ilucional, metacomunicativo e estrutural.

O sociocognitivo está situado nas ações verbais, as formas de interação na linguagem, englobando os conhecimentos ilucional, comunicacional, meta comunicativo e superestrutural. Conhecimento ilucional é o que reconhece os objetivos ou os propósitos do falante de uma dada situação, que pretende atingir, sendo verbalizados por meios de enunciações, que são realizados de formas indiretas, fazendo com que o interlocutor possua um conhecimento necessário para a captação do objetivo. O comunicacional diz respeito às normas de comunicações gerais, tendo o indivíduo condições de reconstruir o texto. No metacomunicativo, o produtor de texto faz com que o leitor tenha sinais de articulação ou apoio textual, para reali-

zação de atividades de formulação ou construção de textos, fazendo com que o texto possua uma compreensão e que sua aceitação seja monitorada através do fluxo verbal. Já o superestrutural designa-se a estrutura do texto, sendo possível determinar gênero e tipo, tendo conhecimento sobre as macros categorias ou unidades globais de um texto. Para Heinemam e Vihergerger cada um corresponde a um conhecimento específico, visto que serve como um sistema de controle para as necessidades do interlocutor adaptando-as nas mais diversas situações, tanto aos meios peculiares quanto aos meios socioculturais.

Existem três meios de estratégias de processamento textual: estratégia cognitiva, textual e sócio interacionais. A estratégia cognitiva, na concepção de Van Dijk e Kintsch (1983), é um processo cognitivo que consiste em diferentes estratégias processuais, que consiste em hipóteses sobre a estrutura e o significado de um texto ou parte. Ela faz parte de nosso conhecimento geral, em face a compreensão de um discurso, fazendo com que o leitor realiza vários níveis interpretativos, podendo chegar a uma interpretação completa.

A análise não depende só de características textuais, mas também do usuário da língua, com objetivos, convicções e conhecimentos do mundo em geral, tanto abstrato quanto semântico ou enciclopédico. Assim, as estratégias cognitivas consistem em estratégias de uso, ou seja, o usuário vai utilizar seu conhecimento dependendo da situação, a partir de um texto ou contexto, para a compreensão ou reconstrução, não só do sentido do texto ou intencionalidade do autor, mas para outros sentidos não previstos.

As estratégias cognitivas têm a função de permitir ou facilitar o processo textual. A estratégia sócio interacional é a estratégia sociocultural que visa estabelecer uma interação verbal. Podemos mencionar a realização dos diversos tipos de atos da fala, neles os de preservação das faces e ou representação positiva de “self”.

A estratégia de preservação das faces se manifesta na área lingüística, por atos preparatórios, eufemismo, rodeios, mudanças de tópicos e dos marcadores de atenuação em geral. Baseia-se nos papéis sociais, condicionado às normas culturais.

As estratégias textuais se dividem em organização da informação, formulação, referenciação e balanceamento (explícito e implícito). Estratégias de organização de informação diz respeito a distribuição do material lingüístico na superfície textual, onde encontramos, o dado ou novo e estratégias de articulação tema-rema.

O dado ou novo é a informação dada, responsável pela locação do que vai ser dito, introduzindo algo novo, com o objetivo de reformular ou ampliar os conhecimentos.

Na estratégia de articulação tema - rema é a linguagem falada, tendo padrões expressivos conhecidos por segmentação. Neste, o falante pode introduzir um elemento temático ou remático sem que a relação sintática esteja planejada, possuindo a expressividade e a inserção na situação comunicativa, papéis relevantes a interação face-a-face.

A estratégia de reformulação possui a ordem cognitiva interacional que cita a inserção e a reformulação. A inserção facilita a compreensão do interlocutor, de modo com que o material inserido não seja supérfluo, introduzindo-se exemplificações ou justificações, faze do comentários metaformativos, com função de melhorar e organizar o mundo textual, pode do servir de suporte de argumentação, introduzindo por exemplos, atenuações, ressalvas e avaliações.

As estratégias de reformulação podem ser retóricas ou saneadoras. As retóricas realizam repetições e parafraseamento, com função de reforçar a argumentação, tanto na escrita quanto na oral. A reformulação saneadora possui a forma de correção ou reparos com as repetições e parafraseamentos como as retóricas, só que, as saneadoras solucionam por imediato a verbalização de um segmento, dificuldades que podem ser auto ou heterocondicional.

Estratégias de referenciarão estão formadas por referências anafóricas, possuindo cadeias coesivas mais ou menos longas, percorrendo em geral o texto inteiro.

A (re) ativação de referência se dá via a inferência, podendo ser em elemento explícito, como, por exemplo, *Jorge foi atacado pelo enorme cão policial. Eles são realmente animais muito perigosos.* Há também forma de catáfora usando pronomes demonstrativos ou indefinidos neutros (isso, aquilo, tudo), ou nomes genéricos e por pronomes, numerais e advérbios pronominais.

Outra forma de ativar ou reativar as referentes são as expressões nominais definidas, por exemplo: *Lula preocupa-se em manter a forma. O presidente exercita-se todos os dias.*

As estratégias de balanceamento do explícito e implícito são as relações existentes entre as informações de um texto expresso e conhecimentos prévios, pressupostos como partilhados, e por meios que os interlocutores tinham que recorrerem sociocognativo. Não existem textos totalmente explícitos, porém o produtor tem que balancear o que é implícito, para ser recuperável, através da inferência a partir de marcas ou pistas que o locutor coloca no texto.

Todas as estratégias descritas, permitem mostrar a grande complexidade do processo das construções do texto e as atividades sócio cognitiva com vista a produção de sentidos de um texto. Para existir a construção de um texto, podemos dizer que tem que haver tanto coesão quanto coerência textual.

Na coesão textual são os elementos lingüísticos, que formam sentidos ao texto, ligados entre si, por recursos lingüísticos, formando sentido ao texto. Para Koch (2007), existem duas grandes modalidades de coesão: a remissão e a sequenciação. A coesão de remissão desempenha a função de atração ou reativação das referentes, realizadas por meio da anáfora ou catáfora, formando cadeias coesivas, mais ou menos longas, conforme as estratégias de referenciarão. Assim a coesão de remissão pode ser utilizada através das estratégias de referenciarão com os pronomes pessoais de terceira pessoa (retos e oblíquos), e os demais

pronomes como os possessivos, demonstrativos, indefinidos, interrogativos e artigos definidos ou por recursos lexicais, sinônimos ou hiperônimos, nomes genéricos, descrições definidas, ou por reiteração do grupo nominal ou parte deste e por meio de elipse.

A reativação ou ativação de referente é feita via inferação, onde um ou vários elementos explícitos no texto fazem parte de um todo. Existe a sinalização textual com a função de organizar o texto, através de orientação ou indicações como, para cima, para baixo, para frente e para trás, ou estabelecer ordenações entre segmentos do texto, por exemplo: como foi mencionado acima, postulo a existência de duas modalidades. Há casos de apontamento que retomam o que foi dito como função distributiva, por exemplo: Paulo, Tiago e Pedro deverão fazer duplas com Maria Joana e Roberta, respectivamente.

Para Koch (1999), a sinalização é mais adequada quando mostra dêitica no interior do próprio texto. Ehlich (1981), diz que as expressões dêiticas permitem ao falante obter uma organização comum dos interlocutores, referente ao conteúdo da mensagem. Assim, o procedimento dêítico, constitui o instrumento para focalização do ouvinte na direção de um item específico. Pode-se dizer então que o procedimento dêítico deve ser estudado de forma global, tornando evidente um forte envolvimento mental, com sistema de conhecimento e análise da realidade, partilhados pelos interlocutores.

Existem coesão de remissão a de anáfora e a catáfora conhecido como fenômeno de referência endofórica por Hilliday e Hasan em 1997. A catáfora também é considerada um dêixis textual, a qual se diferencia da anáfora a partir de certos pontos como: a anáfora faz relação de conferência dos elementos num texto ou os recuperados por meio de inferenciação, com objetivo de focalizar a atenção do interlocutor; na anáfora temos freqüência, instruções de congruência (concordância, que raramente existe na dêixis textual e a remissão anafórica estabelece cadeias coesivas ou referências, o que ocorre na dêixis textual.

A coesão sequenciadora é aquela onde o texto se avança garantido continuidade dos sentidos, ocorrendo de forma direta sem retornos ou recorrências, podendo haver recorrências das diferentes ordens como em termos ou expressões, da estrutura, na semanticidade (paráfrase), na fonologia ou prosódicos em tempos verbais. Entre os recursos sequenciais estão os dos campos lexicais e o inter-relacionamento, que estabelece determinados efeitos de sentido, os diversos tipos de articulação tema - rema e o encadeamento.

A coerência é o modo como os elementos subjacentes do texto vêm constituir os sentidos na mente do interlocutor. Portanto, o resultado feito da construção dos interlocutores de uma situação dada e um conjunto com diversos fatores cognitivos, como situacional, sociocultural e interacional. A coerência não está no texto, mas construído a partir dele, levando em conta os elementos coesivos, que orientam o interlocutor a construção do sentido.

A coerência se estabelece de diversas formas de níveis como as sintáticas, temáticas, estilísticas, todas concorrendo para a construção de uma coerência global. Há zonas de interseção, que seria os limites entre coesão e a coerência do texto destacando-se: anáfora semântica, mediata ou profunda, que extrai de forma referencial de modelos armazenadas em memórias, situações discursivas ou externas e os referentes de anáfora utilizadas pelo interlocutor; a forma como é feita a remissão ou construção das cadeias coesivas, escolhendo elementos linguísticos para fazer a remissão com o tom e estilo, constituindo índices valiosos, com crenças e convicções do produtor do texto, como ele queria que fosse visto pelos parceiros; referência por meio de expressões definidas, sendo uma das formas de remissão as expressões nominais; a seleção dos campos lexicais e a seleção lexical de modo geral de variante da língua, com um determinado tipo de adjetivação e termos pejorativos que forneçam pistas para o entendimento do texto que é produzido; ambigüidade referencial ocorre no texto quando vários candidatos aparecem tendo que fazer a identificação adequada, levando em conta a congruência de

forma remissa e encadeamento por justaposição ocorre para explicitar o que se deseja por meio de sinais de articulação, cabendo ao interlocutor pôr seus conhecimentos em prática.

Apesar de coesão e coerência agirem de formas diferentes, operam geralmente justos em face do processo textual. Sendo que a coesão não é suficiente, mas nem necessária da coerência, constituindo duas faces de uma mesma moeda.

Outro fator para construção de um texto é a intertextualidade e a polifonia. A intertextualidade é um objeto homogêneo, composto por outros textos e ao redor dele que está dentro do texto, tornando-se um intertexto. Para Beaugrand e Dressler (1981), a intertextualidade diz respeito a produção e recepção de um texto que depende do conhecimento que os outros textos, os quais se relaciona, os passem.

Existem a intertextualidade em sentido amplo e a intertextualidade em sentido restrito. A intertextualidade em sentido amplo, possui uma existência de próprio discurso, sob a perspectiva da análise do discurso, através de meios de comparação dos textos em determinada cultura detectando propriedade nas formas ou nas estruturas, que são armazenadas em memória pelo usuário em forma de esquemas ou superestruturas, desempenhando papel de grande relevância no processo textual. A intertextualidade em sentido restrito é a relação de um texto com outro(s) que já exista(m) ou produzidos, localizando em textos anteriores certos elementos além do lexema.

Há três tipos de intertextualidade, a de conteúdo x forma; explícita x implícita e das semelhanças x diferenças. Conteúdo x forma, ocorre quando o mesmo conteúdo existe, por exemplo, em textos científicos ou correntes de mesmo conhecimento, possuem conceitos em comum, o conteúdo. Já na forma, não podemos dizer que há uma intertextualidade de forma apenas, porém toda forma pede um conteúdo.

Explícita x implícita, quando vem citações da fonte do intertexto, como em discursos relatados, resumos e outros mostrando orientações argumentativas tendo a intertextualidade

explícita. A implícita ocorre quando não há citações cabendo ao interlocutor construir os sentidos, como em alusões, paródias e em paráfrases e a ironia. Semelhantes x diferenças, quando o texto for acompanhado de orientações argumentativas e apoiar-se temos a intertextualidade semelhante. Já na intertextualidade de diferença, o texto possui um intertexto que vem para ridicularizar, com impropriedades como no caso das paródias, ironia, estratégia de concessão argumentativa ou concordância parcial.

Para Koch e Travaglia (1989), todas estas manifestações da intertextualidade permitem apontá-las como fatores dos mais relevantes na construção de um texto coerente.

A polifonia foi introduzida na linguagem por Bahktin em 1929, caracterizando o romance Dostoiévski. Para Bahktin, o dialogismo constitui a linguagem de forma que, cada palavra é um produto recíproco entre falante e ouvinte. Já para Ducrot (1980, 1984), introduziu a lingüística como uma visão de enunciativa de sentido que se representam nos enunciados.. Para ele, a polifonia consiste na representação de uma enunciação (representação teatral).

Para Ducrot, existem dois tipos de polifonia, a de quando o enunciado possua mais de um locutor, denominada de intertextualidade explícita e quando há mais de um enunciador, ou seja, uma intertextualidade implícita, sendo mais ampla. Quando Ducrot refere-se a enunciação atribuindo-lhe responsabilidades, que permite explicar os amplos fenômenos discursivos, classificando-se de adesão e ou não locutor polifonicamente introduzido.

No caso da adesão, encontramos os seguintes casos: pressuposição, parafraseamento, argumentos por autoridade. Pressuposição, possui dos enunciadores, o primeiro responsável pelo pressuposto e o segundo responsável pelo conteúdo, quando o locutor se identifica por exemplo: Maria continua apaixonada por Gabriel. Certos Tipos de parafraseamento ocorre quando detecta-se a presença do intertexto, como o Hino Nacional ou trechos da Canção do Exílio. Argumentação por autoridade encena a voz do enunciador, no qual o locutor se identifica e argumenta por meio de enunciados conclusivos e a partir de uma premissa, por enunci-

ados introduzidos onde a responsabilidade do “não só” não é apenas responsabilidade do locutor, enunciados metafóricos com o uso do futuro do pretérito, usado em linguagem lingüística e enunciados por expressões “parece que, segundo y”, que encadeia posicionamento pessoal.

Já no caso do não locutor polifonicamente introduzido, encontramos a negação de Ducrot, o que a primeira vista, é atingir o locutor do enunciado oposto, outro é introduzir “ao contrário, pelo contrário”, que não se opõem ao segmento anterior, aspas por distanciamento, neste caso, quando os aspeamentos denominam uso ou menção do termo ou expressão aspeada, détournement (alteração), contrajunção e certos enunciados comparativos.

Para Authier há diversas funções para as aspas de distanciamento entre elas a de aspas de diferenciação, de condescendência, pedagógicas, de proteção de ênfase e de questionamento ofensivo ou irônico.

O discurso indireto também constitui um caso de polifonia, onde mesclam-se as vozes dos dois enunciadorees (narrador e personagem). Podemos então dizer que não há coincidência total de intertextualidade e polifonia.

Pode-se dizer então que não há coincidência total de intertextualidade e polifonia. Na intertextualidade é necessária a presença do intertexto e na polifonia basta que a alteridade seja encenada. Sendo que toda polifonia recobre a intertextualidade, sendo que toda intertextualidade, é um caso de polifonia, não sendo verdadeira a recíproca, onde há casos de polifonia que não podem ser visto como intertextualidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma produção não envolve apenas a criação de um texto subitamente criado do “nada”, representando apenas um apanhado de frases que expressam pensamentos. Mais do que isso, o discurso e sua produção possuem em seu bojo uma série de fatores que constituem um texto. A intencionalidade, a funcionalidade, o sentido semântico, a gramaticidade, as interações sócio-culturais são alguns desses itens.

É importante considerar que a tendência na contemporaneidade é lançar um olhar cada vez mais diferenciado para a produção de texto, não só pela relevância no âmbito da aplicabilidade da língua materna, mas também por representar todo um conjunto de relações e experiências que o indivíduo detém ao longo de sua vivência e convivência no meio social.

Assim, faz-se necessário enfatizar a relevância de se atribuir uma atenção maior os novos elementos estudados no âmbito da lingüística e da sociolingüística, pois eles vêm para desmistificar a visão tradicional de que o texto é produzido apenas a partir da gramática, e deve-se considerar somente o seu uso, baseando-se puramente nela para qualificar, produzir ou interpretar um texto.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

KOCH, Ingedore. **O texto e a construção dos sentidos**. São Paulo: Contexto, 2007.

_____. **Argumentação e linguagem**. 5 ed. São Paulo: Cortez, 1999.